



EDITORIAL

Editorial Anais da Semana dos Povos Indígenas 2023

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves¹

Bruno dos Santos Hammes²

Fátima Regina Almeida de Freitas³

Joana Sirley da Costa Porto⁴

Patrícia Marcelina Loures⁵

Warlúcia Pereira Guimarães⁶

A Semana dos Povos Indígenas da PUC-GO de 2023 teve como tema *Alteridades, violências e protagonismo*. Vivemos num contexto de avanços e retrocessos, sobretudo, no campo das políticas públicas de acesso à terra, à educação e à saúde pelos povos indígenas. Em certa medida, o tema desta Semana parece contracenar com uma série de conquistas e desafios vigentes entre os coletivos tradicionais. *Alteridade*: cada vez mais autoras e autores indígenas publicam livros, produzem material didático específico para seus respectivos povos e escrevem teses e dissertações. Já não se pode adjudicar aos povos indígenas um lugar romantizado e bucólico na história.

Tomando posse do instrumento de luta dos brancos, a caneta, lideranças, estudantes, advogadas/os e movimentos indígenas têm conseguido, a duras penas, se contrapor a lógica

¹ Doutor em Antropologia Social pela UFG. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: antonioaugusto.sociais@hotmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9278970249460014>.

² Mestre e doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS – UFG. Bolsista FAPEG. E-mail: brunohammes@hotmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8753627758869065>.

³ Mestra e doutoranda em Antropologia Social/UFG. Cientista social e pedagoga. Professora na PUC Goiás e coordenadora do Proafro, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro/ Programa de Direitos Humanos. E-mail: fatimareginaalmeida@gmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2361317835648829>.

⁴ Doutoranda em Antropologia Social/UFG. Indígena Tabajara - Tapuio do Piauí. E-mail: joanasirley@gmail.com. Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4293619424505983>.

⁵ Mestra em Educação. Professora da rede pública de ensino de Goiás. Professora do curso de Pedagogia PUC Goiás. Coordenadora do Programa de Educação e Cidadania PEC-PDH/PUCGOIAS. E-mail: patricia.gtepecpucgo@gmail.com. Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0332145739739275>.

⁶ Mestra em Educação pela PUC/GOIÁS. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da SME. E-mail: warluciapguimaraes2@gmail.com. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2599274118377917>.

* PRODUTIVO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3ª ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



colonial e monopolista do Estado e do mercado. Mas nesse jogo de relações de poder, vemos como *protagonismos e violências* se entrecruzam, de um lado, a primeira indígena, Sônia Guajajara, ocupa o cargo de ministra no recém fundado Ministério dos Povos Indígenas, o governo Lula assina em 28 de abril de 2023 o decreto de demarcação de seis terras indígenas e se inicia a expulsão dos garimpeiros nas terras yanomami em Roraima. De outro, vemos atemorizados o contra-ataque da bancada ruralista no Congresso, aprovando na Câmara dos Deputados o projeto de lei 490/2007, que torna passíveis de demarcação pela FUNAI apenas territórios indígenas que estavam ocupados em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição de 1988.

Pensando nos avanços e desafios da conjuntura atual, organizamos os resumos expandidos a partir de dois eixos. Um com enfoque nas territorialidades em seus diversos aspectos, tais como: o avanço da sojicultura sobre as comunidades tradicionais; o direito à vacinação contra COVID-19 entre populações indígenas; as negociações entre lideranças e o poder público na construção de empreendimentos dentro de TI's; as caminhadas dos parentes entre uma aldeia e outra e os vestígios arqueológicos que vão sendo produzidos no seu rastro. O segundo eixo versa sobre as possibilidades de inclusão das literaturas indígenas no ensino básico e os desafios da educação escolar indígena diferenciada no contexto atual. Ao final foram realizados relatos de experiências que desenvolvem a reflexão sobre os processos educacionais e dialogam sobre a possibilidade da materialização de trabalhos teórico-práticos posteriores tanto em escolas como universidades.

Thais Aparecida dos Santos nos conta sobre as consequências do agronegócio entre as comunidades do Parque Indígena do Xingu (PIX). Em *Salve a água boa do Xingu: impactos da sojicultura sobre o rio Xingu e os povos tradicionais do PIX*, a autora pauta-se numa metodologia exploratória e descritiva, baseando-se numa revisão bibliográfica e em dados estatísticos. Santos ressalta que “o sistema do agronegócio se alimenta da destruição ambiental e fornece um discurso materialista e predatório sobre os recursos naturais, afetando diretamente a expectativa de vida (até então elevada) das populações tradicionais. A abrupta expansão do agronegócio no país, no caso de Mato Grosso, mais especificamente as lavouras de soja, impacta drasticamente a segurança alimentar desses povos”.



No resumo *A construção da autonomia indígena por meio do processo de gestão de recursos: uma análise do caso do PBA Timbira e das agências Wyty-Catë e PEMPXA*, procede-se a um apanhado do processo de negociação entre os povos timbira e o consórcio de empresas responsável pela construção da usina hidrelétrica de Estreito (Maranhão), na região do rio Tocantins e seus afluentes. Para tanto, os autores, Bruno Aluísio Braga Fragoso e Bruno dos Santos Hammes, analisam como ocorreu o processo de construção do Plano Básico Ambiental – PBA Timbira para mitigar os danos causados pela hidrelétrica e o relativo exercício de autonomia que o gerenciamento de recursos financeiros proporciona entre os povos krahô, apinajé, krikati e gavião.

Em *Territorialidade indígena e a persistente colonização no Brasil*, Tiago Antônio Gomes Gouveia de Sousa aborda como as frentes de contato da sociedade nacional têm fechado o cerco contra as populações indígenas e suas terras no Brasil. O autor demonstra através dos dados apresentados que o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que trata do usufruto das terras indígenas pelos povos originários, têm sido sistematicamente violado por meio do desmatamento, da pecuária, da agricultura intensiva e da mineração em áreas próximas às terras demarcadas. Sousa revisita a teoria decolonial, indicando que, apesar dos avanços, se nota uma predominância da episteme eurocêntrica no entendimento das noções de terra e território indígena.

Em *Ritos funerários e suas significações no grupo caiapó: uma revisão bibliográfica*, Maria Isabela da Silva Gomes e Vitória Marchetto analisam a literatura bibliográfica relativa às urnas funerárias dos Caiapó estabelecidos no estado de Goiás no século XIX. Fazendo uso de uma perspectiva comparativa e diacrônica, as autoras lançam mão de estudos historiográficos e interpretações atinentes ao emprego de artefatos de cerâmica nos ritos mortuários dos Caiapó oitocentistas. Evidencia-se aí não apenas os fluxos e transformações nos rituais, mas também a troca e a presença de outros povos indígenas, como os Aratu-Sapucaí, que influenciaram a produção cerâmica caiapó.

Em *Entroncamento indígena-arqueológico: interação e resgate cultural Borum-Kren*, os autores Matheus Arcanjo, Sérgio Neves e Danilo Silva relatam a descoberta de uma urna funerária no povoado de Morais, Ouro Preto (MG). O artefato cerâmico se relaciona com a presença do povo Borum-Kren na região entre o Alto Rio Doce e o Alto Rio das Velhas. Com



a Guerra Justa aos Botocudos, declarada por D. João VI em 1808, os Borum-Kren foram dizimados e dispersos pelas frentes de contato. Entretanto, a descoberta da urna despertou o fortalecimento identitário entre os atuais descendentes dos Borum-Kren nos distritos ouro-pretanos.

Em *Povo indígena apinajé: contextualização cultural e territorial*, Marcos da Silva Farias, José James Torres da Silva e Kênia Gonçalves Costa articulam a presença dos Apinajé no extremo norte do estado do Tocantins com as descontinuidades, conflitos e transformações sociais suscitadas pelos contatos interétnicos deste povo com os habitantes do município de Tocantinópolis (TO). Os autores destacam que “o território Apinajé foi palco de conflitos armados que se estenderam até o processo de demarcação territorial. O recurso água e solo representou um dos motivos de invasões territoriais por parte de posseiros, fazendeiros e pecuaristas, onde resultou em conflitos e preconceitos a população indígena”.

No texto *Retomando narrativas pataxó: a circulação das awãkã’p pela memória dos anciãos*, Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, Ana Carolina Moreira Barcelos e Ana Liz Fernandes dos Santos David, abordam o movimento de retomada através das narrativas, quando memórias e histórias dos/as anciãos/ãs do povo pataxó, pouco a pouco, são despertadas em viagens xamânicas de rezadores/as e pajés, através das caminhadas dos mais jovens a outras aldeias esparramadas entre Minas Gerais e o extremo sul da Bahia e também por meio da espiritualidade das *jokanas* (mulheres) *encabocladadas* que recebem mensagens em transe dos espíritos da mata e da água. Percebe-se através dos resultados apresentados, que a rede de relações entre as aldeias pataxó acaba criando nódulos nos quais se entrelaçam a ancestralidade e a narração de certas histórias. Os/As anciãos/ãs sabem e relatam algumas *awãkã’p* (narrativas) em particular. Aquele/a que sabe as *histórias dos antigos* é porque fez caminhadas e conversou com determinadas/os anciãos/ãs em diferentes territórios.

Em *Levantamento e análise da temática história e cultura indígena nos projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio dos campi Dianópolis, Formoso do Araguaia e Gurupi do IFTO*, os autores Francisco Welton Silva Rios, Maria Simone Bottega e Gustavo Cunha de Araújo desenvolvem uma pesquisa sobre a implementação da Lei Federal nº 11.645/2008, a partir de análise curricular do Projeto Pedagógico de 5 cursos, de três campi. Nesta pesquisa foi analisada se a referida lei era citada nos documentos (ou



mesmo a lei federal anterior, nº 10.639/2003) e também se havia referência à temática história e cultura indígenas nas bibliografias básicas e complementares. A conclusão é de que há muito a avançar para que a lei seja de fato implementada de forma satisfatória nos currículos.

Saindo do campo da educação e migrando para o campo da saúde, no resumo *Direito à vacinação contra a COVID-19: o caso dos povos indígenas da Bahia*, os autores Ueslei Jardiel Rêgo Silva e João Gabriel Pereira, realizam um relato de experiência de um projeto de monitoramento da cobertura vacinal, no estado da Bahia. Tratam dos entraves que causaram atrasos e baixa cobertura vacinal da população indígena, nos primeiros meses de imunização, a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Saúde da Bahia. Os autores apontam que a pandemia afetou diferentemente esta população já vulnerabilizada por processos de insegurança alimentar e falta de acesso a condições básicas de higiene e saúde.

Sobre as narrativas que se transformam em escritas, José André Souza Silva e Aurelia Emilia de Paula Fernandes, em *Notas sobre a literatura indígena brasileira contemporânea*, se propõe a realizar um painel da literatura de autoria indígena e a analisar a obra Ay kakyrri tama, de Márcia Kambeba, a partir da categoria literária Canto como poética. Esta categoria é construída a partir da obra de Rosivânia Santos (2021), também autora-pesquisadora presente nesta edição da Semana dos Povos Indígenas. Os autores destacam que a escrita literária de autoria indígena é recente (últimos 40 anos) e que apenas na década de 1990 é que esta ganha maior visibilidade. Trazem para o diálogo autores indígenas como Daniel Munduruku (2012), o maior escritor indígena brasileiro com mais de 60 livros publicados e Davi Kopenawa (com ALBERT, 2015), xamã e líder político da etnia Yanomami.

No resumo *Ailton Krenak em sala de aula: um relato*, a doutoranda em Estudos literários Rosivânia dos Santos (já citada por SILVA e FERNANDES, 2023), relata os diálogos que desenvolveu com as turmas de Ensino médio, de uma escola estadual em um município do estado da Bahia, a partir de três obras do intelectual indígena Ailton Krenak (2019, 2020a, 2020b). A autora destaca a importância da literatura indígena para ensinar e valorizar a diversidade cultural e pautar um olhar crítico sobre a história oficial, que nos é contada de um ponto de vista eurocêntrico. Podemos ter acesso aqui a diversas reflexões trazidas pela/os estudantes a partir das leituras, que nos leva ao entendimento de que a literatura indígena é fundamental para uma educação crítica e anti-racista.



A professora Sabrina Carrijo Pessoa, destaca o trabalho desenvolvido com os estudantes do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Professora Izabel de Matos Ribeiro, em 2022, na cidade de Senador Canedo – Goiás. O projeto teve como título *Árvore Genealógica: o estudo sobre a formação do povo brasileiro a partir do levantamento da ancestralidade e fluxos migratórios - dos estudantes dos 7º anos* da referida escola. Com objetivo de desenvolver os conhecimentos e habilidades do componente curricular de Geografia elencados na BNCC/2018, como: Formação territorial do Brasil e características da população brasileira, em especial as habilidades (EF07GE02), (EF07GE03) e (EF07GE04). O estudo sobre a formação do povo brasileiro foi feito a partir do levantamento da ancestralidade e fluxos migratórios dos estudantes dos 7º anos, tendo como base, o projeto político-pedagógico (PPP) da escola, estando este em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2013 e com os Temas Contemporâneos/BNCC/2018. Esses referenciais teóricos tiveram como centralidade a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

O trabalho *Narrativas Indígenas em primeiro plano: caminhos e experiências possíveis sobre a prática de ensino de História Indígena na Educação Básica*, evidencia uma experiência desenvolvida na educação básica pela professora Tâmara Neiva Costa Manrique, e seus estudantes. Este trabalho foi desenvolvido em uma escola privada, localizada no município de Senador Canedo, Goiás, objetivando apresentar a escola como *lócus* privilegiado de (trans)formação da sociedade. Destaca ainda, a importância da mobilização coletiva de professores de História da Educação Básica para romper com o silenciamento das sociedades indígenas. O trabalho expõe experiências alcançadas, por meio, da abordagem da temática indígena nas aulas de História tendo como centro um estudo de caso feito com uma turma do 1º ano do Ensino Médio demonstrando por meio deste estudo como o/a professor/a de História pode contribuir para a superação de preconceitos e estigmas em relação aos povos originários.

O trabalho *História e cultura indígena: o papel da Educação na promoção da diversidade sociocultural*, de Luis Rafael da Silva Valadão, defende o processo de fortalecimento e promoção da inserção da história e da cultura indígena no âmbito da



educação, bem como no aprofundamento sobre a história dos indígenas de Goiás. Neste trabalho é pontuada a necessidade de introdução dos temas ligados aos estudos dos povos originários no processo de formação dos futuros docentes. O autor destaca dois momentos distintos em que esta proposta foi iniciada, ocorridos na Universidade Estadual de Goiás – UEG/Unidade Universitária de Porangatu com acadêmicos do curso de Licenciatura em História, na disciplina de História de Goiás, os quais estudaram os povos indígenas e o processo de ocupação no território goiano; outra experiência realizada na Jornada Acadêmica da UEG/UnU Porangatu, por meio de um minicurso ligado à História, Cultura Indígena e o papel da educação. O estudo enfatiza ainda a importância de que os aspectos legais ligados à questão indígena sejam observados, discutidos e cumpridos.

O autor defende que é preciso fortalecer o processo de formação no ensino superior. O ciclo vicioso, negativamente falando, ao qual a educação nacional vem passando, precisa sofrer um rompimento. E esse rompimento só poderá ser alcançado a partir de mudanças concretas no processo de formação dos cursos de licenciatura. O trabalho destaca que muitas universidades, já possuem em seu currículo a inserção de estudos sobre a História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira, mas há aproximadamente 10 anos sem efetivamente caminhar em direção à plena execução da Lei nº 11.645/2008.

O trabalho *Escola dos indígenas (e por causa deles) para a superação da escola para (e contra os) indígenas: complementaridade de sementes/ferramentas para pensar o sistema educacional que forma um tipo novo de ser humano (liberto)*, de Rilane Silva Reverdito Geminiano, inicia seu estudo a partir da fala de Ailton Krenak que diz: “Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai” para iniciar a defesa da pesquisa em que nomeia de processo de “Descolonização da escrita”, em que historicamente afirma que desconstruiu não só a linguagem mas desmantelou todo um arcabouço cultural e por conseguinte territorial do povo indígena ao longo da história. A pesquisa buscou pensar como conceitos/teorias originárias e ancestrais foram mutilados desde as primeiras invasões da sociedade europeia.

Um dos elementos destacados pela autora é a “Memória curta e fraca”, em que os brancos se dizem inteligentes e que a autora rebate, “nós indígenas não somos menos” uma vez que as memórias ficam dentro de cada um de “nós”, não sendo necessários subterfúgios



outros para a manutenção da memória dos povos indígenas. Realiza o seguinte questionamento: de que 300 indígenas na universidade são < 300 indígenas na aldeia. Faz um alerta de que é necessário construir um novo sistema educacional (escola do indígena) de formação de um novo tipo de ser humano (liberto) e de gerações novas, que criem novas formas em meio à instauração de um sistema educacional libertador.

Na seção Resenha, Lorraine Gomes da Silva traz os debates e as reflexões postos na mesa redonda *Protagonismo* ocorrida em 20 de abril de 2023, finalizando os textos desta publicação.

REFERÊNCIAS

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. 2020b. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/172583/1270064/file/Caminhos%20para%20a%20cultura%20do%20Bem%20Viver.pdf>.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SANTOS, Rosivânia dos. **Os cantos indígenas de Eliane Potiguara e de Graça Graúna**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lânio Martins. **VISITA GUIADA AO SÍTIO HISTÓRICO DO DESCOBERTO: um relato de experiência**. In.: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José [org.]. *Aprendizagens Históricas: rumos e experiências*. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, p. 240 a 248.

AVÁ-CANOEIRO: a teia de um povo invisível. Direção Mara Moreira. Brasil: Focus Entretenimento, 2006, 1h10min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qPYsulF1VBY&t=1180s>. Acessado em: 16/11/2022.



BRASIL. Lei nº 11.645/2008. Brasil: 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acessado em: 16/11/2022.

CHAIM, Marivone Matos. **Política indigenista em Goiás no século XVIII**. Revista de Antropologia, v. 30-32 (1987-1989), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, p. 175 a 181. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:chaim-1992-politica> . Acessado em: 16/11/2022.

KAYAPÓ, Edson. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?** Educação em Rede, v. 7, p. 56-80, 2019. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/2021/05/21/a-diversidade-sociocultural-dos-povos-indigenas-no-brasil-o-que-a-escola-tem-a-ver-com-isso-por-edson-kayapo/> . Acessado em: 16/11/2022.

PALACIN, Luis. **A ausência do índio na memória goiana**. Ciências Humanas em Revista, jan./dez. 1992, p. 56-70. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto26/FO-CX-26-1534-1994.PDF>. Acessado em: 16/11/2022.

PEDROSO, Dulce Madalena Reis. **O POVO INVISÍVEL: a história dos Avá-canoeiros nos séculos XVIII e XIX**. Goiânia: UCG, 1994, 127p.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Instituto Socioambiental –ISA [On-line]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acessado em: 16/11/2022.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios**. Revista História Hoje, v. 7, nº 14, p. 63-85 – 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/471>. Acessado em: 16/11/2022.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **Os Primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada do Anhanguera**. Revista de Antropologia (Universidade de São Paulo – USP), v. 39 nº I. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111630/109667>. Acessado em: 16/11/2022.

TAEGO ÁWA. Direção de Marcela Borela e Henrique Borela. Brasil: Vitrine Filmes, 2017, 1h15min. Disponível em: <https://www.itauculturalplay.com.br/>. Acessado em: 16/11/2022.



TV GLOBO. **Programa Falas da Terra**. Brasil: TV Globo, 2021, 43min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9461865/?s=0s>. Acessado em: 16/11/2022.